



À Prefeitura Municipal de Bacabal

Assunto: Proposta de Curso

Tema: NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

PÚBLICO-ALVO:

Advogados; Pregoeiros e membros da equipe de apoio; Servidores públicos que possuem responsabilidade sobre licitações e contratos administrativos; Membros de Comissões Permanentes de Licitação; Auditores e demais servidores que atuam em órgãos de controle; Funcionários de empresas privadas fornecedoras do setor público; Estudantes de administração, contabilidade, direito, economia, etc.; Empresários que tenham interesse em participar de licitações públicas.

LOCAL – Auditório do Executive Lake: Rua das Andirobas, nº 10, Jardim Renascença, São Luís/MA

CARGA HORÁRIA: 24 hrs/aula, divididas em (03) dias, com seis períodos de 4hrs cada.

APRESENTAÇÃO

A Lei Federal nº 14133/21 caracteriza-se como um marco importante para o panorama legal de compras públicas, uma vez que em um período de menos de dois anos substituirá inteiramente as principais regras existentes sobre contratos governamentais e licitações públicas.

A grande inquietação dos operadores de compras públicas é "O que muda com a nova lei de licitações e contratos? Nessa perspectiva este curso foi planejado, com o fim de mediar o entendimento acerca das principais mudanças trazidas pela Nova



Lei de Licitações, bem como analisar os pontos fundamentais que impactarão na alteração do cotidiano profissional dos agentes e na gestão governamental.

MINISTRANTE

PRESENCIAL

LEANDRO MATSUMOTA

Professor. Advogado. Consultor. Mestre em Política pela Universidade Cruzeiro do Sul (2015). Especialista em Direito Público pela Universidade Cândido Mendes (2005).

Ex-Advogado Geral do Município do Guarujá. Diretor-Secretário da Câmara Municipal de Cubatão. Professor do Centro Universitário São Judas Tadeu, Proordem, Damásio e Escola Paulista de Direito.

Autor do livro: "Manual de Direito Administrativo, 2021, Ed. Matrioska.

SEMI – PRESENCIAL

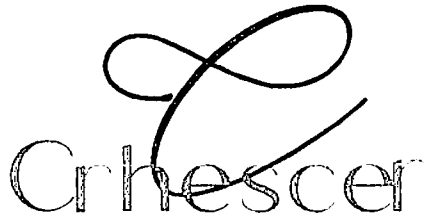
MURILO JACOBY

Advogado, consultor e especialista em Direito Administrativo Diretor Presidente do Instituto Protege; Professor de cursos de licitações, contratos, controle administrativo e judicial; Foi servidor público federal concursado no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, onde exerceu as funções de Pregoeiro, Membro de Comissão Permanente de Licitação, Chefe do Setor de Editais, Adjunto do Diretor de Material e Patrimônio e responsável pelas contratações diretas. É autor de vários artigos, com participação em obras coletivas.

RICARDO RIBAS DA COSTA BERLOFFA

Professor. Advogado. Consultor. Sócio do Escritório Route Assessoria Jurídica. Especialista em Direito Constitucional. Professor de Direito Administrativo da empresa de treinamento Route Editora e Treinamentos e da empresa Viana e Consultores. Foi Professor de Direito Administrativo do Complexo Jurídico Damásio de Jesus, da EPD – Escola Paulista de Direito, da empresa LEX Cursos Jurídicos e da Universidade Bandeirante de São Paulo - UNIBAN. Foi Secretário-Executivo da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP e Chefe de Gabinete e Assessor Jurídico da Comissão de Serviços Públicos de Energia do Estado de São Paulo – CSPE.

Autor dos livros "Procedimento Sumaríssimo (Comentários à Lei nº 9.957/2000) e o Novo Enfoque Mundial das Relações Trabalhistas", "Manual de Licitações Públicas – Uma abordagem prática e sem mistérios", "A nova modalidade de



Consultoria | Auditoria | Treinamentos

Licitação: Pregão”, “A modalidade de licitação Pregão – Uma análise dos procedimentos dos Pregões Presencial e Eletrônico”, e “Licitações com Micros e Pequenas Empresas”.

METODOLOGIA:

Aulas expositivas dialogadas e simulação prática para exemplificar as teorias e a legislação estudada.

Palestrantes Presenciais e Semipresencial (participantes presenciais e palestrante online. As sessões semipresenciais contarão com exposição em tempo real através de telões no qual possibilitará a interação entre professor/aluno).

CONTEUDO PROGRAMÁTICO

Esse curso abordará os seguintes temas:

AULA 1 - A NOVA LEI DE LICITAÇÕES

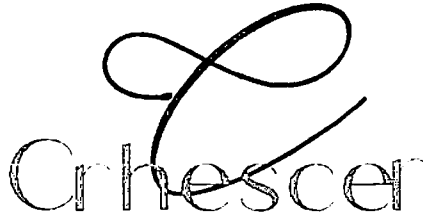
Dia 29 de setembro, das 8h às 12h.

- Aplicação da Nova Lei de Licitações
- Entrada em vigor e convivência simultânea entre a Lei n ° 8.666/93 e a Lei nº 14133/21
- O Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP
- Princípios e Objetivos da Licitação
- Impedimentos para participação nas licitações. Consórcios e cooperativas nas licitações
- Função regulatória da licitação e margem de preferência
- Estudos técnicos preliminares (ETP) e questões conexas

AULA 2 - FASES, PROCEDIMENTO, MODALIDADES, CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E MODOS DE DISPUTA

Dia 29 de setembro, das 13:30h às 17:30h.

- Modalidades de licitação
- A Pesquisa de Preços



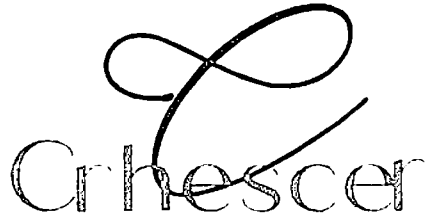
Consultoria | Auditoria | Treinamentos

- Fases Sequenciais do Processo de Licitação previstos na Nova Lei
- Compras – Padronização, Parcelamento, Catálogo Eletrônico, Indicação ou vedação de Marcas, Bens de Consumo e de Luxo
- Obras e Serviços de Engenharia
- Serviços em Geral
- Do Termo de Referência e do Edital de Licitação
- A Impugnação do Edital
- Modos de Disputa
- Apresentação de Propostas e Lances
- Critérios de Julgamento e de Escolha
- Qualificação técnica e econômico-financeira
- Habilitação e possibilidade de dispensa dos documentos de habilitação
- Preferências e Desempate – Critério, Benefícios às ME's e EPP's
- Encerramento, revogação e anulação do processo licitatório
- Correção e Saneamento de falhas do processo
- Impugnações, pedido de esclarecimentos e recursos

AULA 3 - ASPECTOS ESSENCIAIS SOBRE O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Dia 30 de setembro, das 8h às 12h.

- Sobre o Sistema de Registro de Preços: Condições de Participação
- Registro de mais de um fornecedor
- Cancelamento
- Critério de julgamento
- Obras e serviços de engenharia
- Prazo e prorrogação da ata
- Prazo para participação para outros órgãos ou entidades
- Adesão a Ata
- Vedação a adesão



Consultoria | Auditoria | Treinamentos

AULA 4 - ASPECTOS ESSENCIAIS SOBRE CONTRATAÇÃO DIRETA

Dia 30 de setembro, das 13:30h às 17:30h.

- Planejamento da Contratação Direta: os estudos técnicos preliminares e o Termo de referência;
- Mudanças trazidas pela Nova Lei de Licitações
- A Dispensa de Licitação
- A Inexigibilidade de Licitação
- O procedimento da Contratação Direta
- Formalização do Processo de Contratação Direta

AULA 5 - CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Dia 01 de outubro, das 8h às 12h.

- Formalização dos Contratos
- Obrigatoriedade dos Contratos e Possibilidade de substituição do instrumento contratual
- Garantias
- Alocação de Riscos
- Duração e Execução dos contratos
- Hipóteses de extinção contratual
- Nulidade do contrato
- Inadimplemento das obrigações contratuais

AULA 6 - REAJUSTES CONTRATUAIS, INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Dia 01 de outubro, das 13:30h às 17:30h.

- Casos de modificação contratual
- Reajuste de Preços e Repactuação
- Reequilíbrio econômico-financeiro, recomposição de preços, realinhamento ou revisão
- Meios alternativos de Resolução de controvérsias contratuais
- Tipos de infrações Infração administrativa e competência para aplicação de



sanções

- Multa
- Prazo para defesa Processo de responsabilização
- Prescrição
- Impedimento de licitar
- Reabilitação do licitante
- Crimes em Licitações e Contratos Administrativos

JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO PARA ÓRGÃOS PÚBLICOS

A contratação de treinamento por pessoa jurídica de direito público poderá ocorrer com base no permissivo do artigo 24, II (dispensa de licitação para despesas de pequeno vulto até o limite de R\$ 17.600,00) e/ou no dispositivo do artigo 25 (inexigibilidade de licitação), ambos da Lei nº 8.666/93.

INVESTIMENTO: R\$ 11.400,00 (ONZE MIL E QUATROCENTOS REAIS), REFERENTE À INSCRIÇÃO DE 04 PARTICIPANTES (R\$ 2.850,00 POR PARTICIPANTE).

O Investimento inclui: Certificado; Coffee-break nos intervalos da manhã e da tarde; Kit com pasta, bloco de anotações e caneta; Insumos de prevenção ao covid-19 (máscaras e álcool em gel); Material de apoio disponível via e-mail ou Qr code.

Será concedida uma 5ª vaga de participação no curso, como cortesia

FORMAS DE PAGAMENTO

Antes de emitir o empenho ou efetuar o pagamento, órgãos públicos devem informar, através do e-mail: inscricao@crhescerconsult.com.br, a quantidade de inscrições e os dados do órgão (razão social, CNPJ, endereço com CEP, telefone e e-mail).



Consultoria | Auditoria | Treinamentos

O pagamento poderá ser efetuado mediante transferência bancária ou depósito junto ao Banco Itaú, na Ag. 1140, Conta Corrente nº 99794-9 ou com o PIX (CNPJ) de nº 16.849.445.0001-80, com envio do comprovante para o e-mail inscricao@crhescerconsult.com.br. Em nome de Crhescer Consultoria, Auditoria e Treinamentos. CNPJ nº 16.849.445.0001-80.

A confirmação do pagamento constitui requisito essencial à confirmação da inscrição, devendo os órgãos públicos observarem as condições para realização de pagamento antecipado, nos moldes dispostos pelo Tribunal de Contas da União¹ e da Advocacia-Geral da União².

Em anexo portfólio do evento e convite.

São Luís/MA, 16 de setembro de 2021.

JACQUELINE
AGUIAR DA
SILVA

Assinado de forma digital
por JACQUELINE AGUIAR
DA SILVA
Dados: 2021.09.16 10:29:41
-03'00'

Jacqueline Aguiar da Silva
Sócia Administradora

¹ Vide Acórdãos nº 3614/2013-Plenário, 554/2017-Plenário e 2856/2019 - Primeira Câmara.

² Orientação Normativa AGU Nº 37, de 13 de dezembro de 2011